

ANO I - N.º 4 - SETEMBRO 88

ADverso

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS

O papel da ADUFRGS
NA ELEIÇÃO PARA REITOR.
Leia na página - 5



QUE "NOVOS RUMOS" NOS AGUARDAM?

O BAILE DE MÁSCARAS

Antônio Cláudio Nuñez

A recente intervenção na Reitoria da UFRGS tem agitado a imaginação conservadora: do Ministro da Justiça à imprensa reacionária, passando pelos falsos democratas e pelos adesistas de sempre, percebemos a construção de um discurso destinado a justificar o injustificável.

O argumento habitual repousa na invenção do artifício da legalidade. Dentro desta lógica, que repousa num positivismo jurídico primário e vulgar, o Presidente teria o direito — posto que a legislação vigente assim o diz — de nomear o Reitor da Universidade. Argumento de ocasião, prêt-à-porter do cinismo triunfante, destinado a iludir o ingênuo e justificar a colaboracionista. Lógica perversa, empenhada em esquecer que, quando a Lei contraria o Direito, ela se revela não mais que a materialização do arbítrio. Desde que o mundo é mundo, tem sido este o surrado argumento de todas as ditaduras. Durante vinte anos ouvimos o militarismo reinante assim explicar os seus atos: as cassações de mandatos, os expurgos de professores e alunos, o exílio, a censura, tudo, enfim, repousava num arsenal jurídico justificativo. Aliás, a atual legislação, que impõe a lista sêxtupla, também ela tem a sua malsinada origem nas baionetas do AI-5 dominante.

O reducionismo legal tem, pois, um pecado original: desvia, com a sutileza do elefante, a discussão da sua órbita real — a legitimidade dos atuais ocupantes da Reitoria —, optando, vergonhosamente, pela safadeza institucional. Afinal, por que o interventor é ilegítimo? Porque a sua investidura e o seu poder repousam numa dupla mentira: a pessoal, sua e de seu grupo, ao assumirem publicamente um compromisso que renegaram, sem nenhum pudor, aliás, enganando, inclusive, aos seus próprios eleitores; e a institucional, posto que o jogo eleitoral repousou num pacto originário entre os diversos segmentos da comunidade universitária que, a partir das regras traçadas pelo Colégio Eleitoral, escolheriam soberanamente o novo Reitor. A lista sêxtupla desde logo definida — pelo grupo Novos Rumos inclusive — como legalismo espúreo. O ato presidencial — e a aceitação deste pelos beneficiários — põe a nu a face oculta do processo. O Reitor transformado no preposto do Planalto, a intervenção quebrando a magia do sopro democrático. É o golpe-de-Estado da dupla Brossard-Sarney.

Já houve quem dissesse que, sendo o atual ocupante da Reitoria politicamente ilegítimo, porque filho do arbítrio de um governo desmoralizado, restar-lhe-á a tentativa da legitimação pela eficácia. Mas, imaginar que a equipe que dá sustentação ao interventor seria capaz de uma gestão competente é cair — pela segunda vez — no conto do pacote pré-eleitoral. Pelo que conhecemos, temos pela frente uma curiosa e heterogênea mistura dos bichos os mais exóticos: tecno-burocratas, que se outorgam pomposamente a alcunha de pesquisadores; direitistas históricos, alguns dos quais remontam aos porões do Governo Médici; oportunistas de centro; trãnsfugas e renegados do sindicalismo de esquerda. Em comum possuem apenas o instinto da servidão — l'amour au Roi — e o olho longo face a gorgeta de ocasião.

Mas o homem do Sarney tem duas armas a seu favor. A primeira é o urutu. No Brasil, melhor jamais esquecer-lo. É lição elementar da arte política que, quando um Príncipe não dispõe da confiança e do respeito dos seus súditos, só lhe resta uma saída: — chamar a polícia. Não foi por acaso, aliás, que o primeiro ato da nova administração foi exatamente este. A segunda, mais esperta e insidiosa, é a exploração da apatia, da banalização do mal, da descrença generalizada, do desamor da coisa pública, do torpor político, da síndrome da impotência que invade a Nação (e dentro dela a Universidade), da passividade serializada, herança bastarda da transição conservadora promovida pelos esbirros da República Velha e os fisiológicos da Nova.

Nos anos trinta, ao comentar o advento de Mussolini, um intelectual italiano afirmava que "um ceticismo infinito, que mata todas as possibilidades de fé em qualquer ideal, que escarnece do sacrifício do indivíduo pelo bem-estar da comunidade. Esta é, no fundo, a conquista mais visível do fascismo e permanecerá como seu legado mais amargo".

No País, como na Universidade, talvez seja a História a repetir-se. Eventualmente como tragédia; certamente enquanto farsa.

Antônio Cláudio Nuñez — Cientista Político. Professor no IFCH.



CARTAS

Nós, professores e alunos da UFRGS abaixo assinados, após termos lido, no Jornal do DCE — Órgão de Divulgação do Diretório Central dos Estudantes, de junho de 1988, uma virulenta manifestação contra o Estado de Israel, sob o título "OLP — todo o apoio à Intifada", resolvemos vir a público para externar nossa preocupação.

Questionamos, inicialmente, o direito da atual Diretoria do DCE, de expor sua opinião parcial e visivelmente desinformada, sobre assunto alheio à realidade nacional, para ocupar quase uma página do espaço de um jornal que deveria, antes de mais nada, espelhar as expectativas e preocupações dos universitários brasileiros? Ou será que estes temas já foram esgotados e resolvidos?

Acreditamos que a atual Diretoria do DCE foi eleita para trabalhar pela melhoria de qualidade da Universidade Brasileira, e não nos parece que, através do manifesto ao qual nos referimos, este objetivo tenha sido atingido.

Mas, se essa Diretoria considera que, tratar de um dos inúmeros problemas que o Oriente Médio vem enfrentando, é função do Diretório Central dos Estudantes da UFRGS, deveria fazê-lo, no mínimo, com isenção de ânimo; isto é, estudando a questão por ambas as facetas, ouvindo representantes de ambas as partes envolvidas.

Para qualquer pessoa de mediana inteligência e desprovida de preconceitos, está claro que, principalmente em política internacional, não existe uma verdade absoluta, nem é aceito o princípio simplista e maniqueísta em que um dos envolvidos é a vítima e o outro o vilão; e, especificamente, quando o acusado no manifesto é um país intrinsecamente democrata como é o Estado de Israel. Um país constituído pelo até home chamado "povo do Livro", um país onde o desenvolvimento da ciência, da cultura, da arte e do humanismo são constantes preocupações dos governos e do povo, não pode sumariamente ser considerado inviável e ser

condenado à extinção, como parece desejá-lo a Diretoria do DCE da UFRGS.

Quanto às acusações evadas de inverdades e de rancor que contém o manifesto da Diretoria do DCE, solicitamos à mesma que procure informações nas instituições competentes, como por exemplo na Embaixada de Israel em Brasília ou nos Consulados de Israel em São Paulo ou Rio de Janeiro ou na Federação Israelita do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, que pode, se solicitada, responder às dúvidas e questionamentos que a Diretoria do DCE porventura venha a apresentar; e se assim o fizer, temos certeza, essa diretoria desejará se retratar do tendencioso artigo que publicou.

É o mínimo que se pode esperar de um grupo de estudantes que deveria representar condignamente nossa classe estudantil.

N.E. O documento, cuja publicação foi solicitada ao Adverso, está acompanhado de 48 assinaturas.

EDITORIAL

Este jornal pretende, antes de tudo ser um jornal democrático. Com este espírito, fomos em busca de um representante do grupo "Novos Rumos" que pudesse nos explicar o embasamento ético da atitude de seu representante que ora ocupa a Reitoria. Afinal, apesar de todas as aparências em contrário, esses colegas sustentaram que seu objetivo não foi outro senão o de "salvar a Universidade".

Por indicação do próprio grupo, o Prof. Alvaro Valls, Chefe de Gabinete do Prof.

Gerhard, propiciou-nos o esclarecimento. Publicamos na pág. 3, juntamente com um artigo do Prof. Backup, que fala por todos nós. Por enquanto, fica o registro de que a "ética de ocasião" que parece orientar os "novos rumos", a julgar pelas medidas que começam a ser implementadas pela Reitoria, bem como as declarações do seu titular (sobre a escolha dos Diretores, por exemplo), parece considerar a ocasião propícia para uma velha palavra-de-ordem: "Direita, voltar!"

EXPEDIENTE

ADUFRGS (Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Sede: Av. João Pessoa, 109 — 3º andar — Fone: (0512) 26-2719

DIRETORIA

Presidente: Sergio Nicolaiewsky
1º Vice-Presidente: Renato de Oliveira
2º Vice-Presidente: Antonio Cláudio Nuñez
1ª Secretária: Leda Gobetti
2ª Secretária: Marta Júlia Lopes
1º Tesoureiro: Darci Campani
2º Tesoureiro: Joacir Medeiros
Suplente: Adroaldo Gaya
Suplente: Rosemari de Oliveira
ADverso:
Comissão editorial:
Renato de Oliveira
Marta Júlia Lopes
Eloína Santos
Joacir Medeiros
Redação e edição:
Juçara Brittes - RG 13.866 (RJ)
Diagramação: Sosa
Tiragem: 3.000 exemplares.

Impressão: Gráfica e Editora Comunicação Impressa
Fone: 21.7024

DA MORAL ABSTRATA

ÁLVARO L.M. VALLS

Na comédia *As Nuvens*, Aristófanes nos mostra a situação de um homem que, endividado por culpa de seu filho, resolve recorrer a Sócrates para ver se através da dialética conseguiria libertar-se de seus credores, que devem chegar no dia da mudança da lua. Convencido de que no "pensatório" os filósofos "ensinam a vencer com discursos nas causas justas e injustas", procura "aprender a falar", e recebe logo de Sócrates a primeira lição: "Para começar, em nosso meio os deuses são moeda fora de circulação". Mas Estrepíades, o pai endividado, não é muito bom para a dialética. Questionado sobre o que faria se estivesse para ser condenado, sua solução, muito fácil e simples, seria: "Quando não houvesse mais do que um único processo antes de chamarem o meu, eu iria correndo enforcar-me... Pois ninguém apresentará uma queixa contra mim, se eu estiver morto". Diante de tal resposta, Sócrates o manda embora, e o jeito é fazer o filho aprender, ele mesmo, além do raciocínio forte, também o fraco, mas que "com palavras faz virar o que é injusto no mais forte", ou que pelo menos aprenda o raciocínio injusto. Assim, o filho acaba aprendendo a saída: uma dívida não existe, se as condições estipulam que ela deve ser paga no dia da lua "velha e nova". O primeiro credor se espanta: "Por Zeus, você jurou pelos deuses que pagaria! — Sim, por Zeus, mas naquela ocasião Fídípides ainda não me tinha aprendido o raciocínio irrefutável... Para os entendidos, o Zeus dos seus juramentos é ridículo!" Se a dívida foi feita em função do dia da "lua velha e nova", os credores têm de perder, pois não seria possível que um só dia fossem dois, a não ser que uma mesma mulher fosse ao mesmo tempo velha e jovem.

Aristófanes, que faz suas comédias com uma intenção moralista, nos mostra que desta maneira, pela sofística, o devedor se liberta do prometido, mas acaba surrado pelo próprio filho, pois este, tendo aprendido a sofismar, agora consegue provar que é justo surrar seu próprio pai e sua própria mãe.

Embora descrito por Aristófanes como um sofista, Sócrates é considerado por Hegel e muitos outros como sendo o "fundador da moral". E a moral, neste sentido, significa uma reflexão, a partir da idéia do bem, sobre as contradições das situações e dos princípios em que temos de agir. A ética tradicional bastaria, se não houvesse conflitos de normas ou se as situações concretas não fossem, em si mesmas, contraditórias. Assim como a lua não poderia ser ao mesmo tempo velha e nova, assim também um processo de decisão não deveria basear-se em duas lógicas diferentes e opostas. Diante de tais contradições, o velho Sólon, que era amigo do povo, tratou de legislar designando a lua nova como o dia para o depósito das cauções. Mas enquanto a legislação não resolve o conflito das duas lógicas, resta apenas o recurso à reflexão moral.

É evidente que nem o tirar o corpo fora enforcando-se antes da hora fatídica e nem o método da surra resolvem a questão da promessa a ser cumprida. Por isso, através dos séculos, a humanidade e os seus melhores pensadores trataram de enfrentar *pela razão* estas questões. Já a sofística, apesar de sua má fama, teve o *grande mérito* de desenvolver ao máximo as técnicas de argumentação, para tentar resolver, pelo discurso racional, isto é, *pela força do argumento* (o forte e o fraco), o que de outro modo ficaria entregue aos argumentos da força. Quando falamos em "retórica", não estamos apenas indicando um discurso vazio e verboso: estamos sugerindo também uma técnica *mais democrática*, porque mais racional, de resolver os dilemas sem o uso da força bruta, sem o apelo à violência. Transpor uma questão para o terreno da argumentação moral é a maneira civilizada de resolver questões que nunca são tão simples como podem parecer aos que têm músculos no lugar do cérebro. A pseudo-lógica dos slogans e das palavras de ordem pertence ao arsenal das técnicas da pressão, e não àquele discurso que busca, com um mínimo de serenidade e seriedade, descobrir o que é verdadeiro, justo e politicamente correto.

Os recentes acontecimentos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul representam uma chance histórica para a reflexão ética e política. Com a franqueza e a rudeza comuns aos gaúchos, as contradições inerentes ao processo foram exacerbadas ao máximo, tornaram-se fecundas. A contradição entre os dois momentos, entre as duas lógicas envolvidas, era evidente para todos. A lei não bastava, a convenção ainda não era suficiente para a estratégia dar o resultado ansiosa e impacientemente buscado, criou-se então um terceiro momento, anterior no tempo, que neutralizasse ou determinasse os subsequentes. Como no sistema de holding, o mais fraco deveria condicionar o segundo momento, de força média, e este determinar o argumento mais forte. Acima da lei e da razão, acima de Zeus e de todos os deuses da política, fica pairando a palavra, e a solução sofística consiste em jogar com as palavras, fora de seu contexto. O raciocínio irrefutável de Fídípides tira sua força de uma palavra, ignora a lógica da prática social e política. Fídípides, aprendiz de sofista, separa a palavra de seu sentido, isola um momento da lógica total do processo.

Ora, se há um conflito de diferentes lógicas, como pretender, sem má-fé, que as posições iniciais permaneçam inalteradas? Na ética e na política encarada eticamente, as situações são sempre concretas, de tal maneira que a cada momento somos obrigados a novas decisões, individuais ou públicas. A própria decisão de, num segundo momento, tomar ao pé da letra a palavra lançada no primeiro momento, já inclui, evidentemente, uma nova análise da situação, que leva em conta não somente a própria credibilidade pessoal, mas toda uma estratégia de política responsável e realista. Querer, porém agir politicamente apenas à base de um moralismo abstrato e ardiloso, complementando por medidas de força e de pressão que não recusam qualquer meio que pareça levar ao fim desejado, não é nem inteligente e nem responsável.

Ignorar o fator tempo e as situações políticas concretas, constitui, afinal de contas, ingenuidade ou má-fé?

O conflito das lógicas, neste caso, só poderá amainar quando o legislador decidir a questão, acabando com a ambigüidade. Mas a discussão não morrerá aí, pois a nova Carta aproxima o conceito de democracia do de lei, o que não satisfará àqueles que preferem falar apenas de "sensibilidade democrática", e se a regulamentação aproveitar o projeto que todos os partidos aprovaram na Câmara ainda haverá protestos, pois o novo projeto ainda prevê uma lista tríplice... E mesmo a lista de um único nome seria rejeitada se acaso um dia a palavra final coubesse ao grupo que hoje identifica, por razões táticas, democracia com assembléia; mas isto não virá a ocorrer, se Max Weber tem razão quando diz que os partidos que não adotam a ética da responsabilidade nunca deixam de ser minoria.

Paralelamente à atualização da lei, que tentará democraticamente ordenar o conflito, continua necessária a tarefa da reflexão ética. Será que conseguiremos encarar de frente, transfigurada, a questão da ética concreta, ou desceremos à planície onde se nega a ética quando se a utiliza apenas como instrumento de luta ou como investimento barato? Os problemas da ética afloraram na UFRGS. A questão do mal menor, da ação do duplo feito, do agir da melhor maneira possível no momento, da escolha entre alternativas concretas definidas pela situação, a questão do respeito pelas esferas próprias, individual e pública, o problema do maquiavelismo, do "jesuitismo" (da hipocrisia, e tantos outros temas clássicos da história da ética estão na boca de todos. A dicotomia entre ética de princípios e ética de responsabilidade política, o problema da ética de situação, estão lançados. Não há respostas prontas e definitivas, que se possam apresentar em três minutos de televisão. Mas a problemática de ética só pode ser estudada respeitando-se as condições de um diálogo sincero. Pois no meio de uma luta política, as proposições éticas costumam transformar-se naqueles argumentos sofísticos que o endividado queria comprar.

Professor Álvaro Valls,
do Departamento de Filosofia
da UFRGS.

PARA EVITAR UM MAL MAIOR

LUDWIG BUCKUP

Decorrido um mês desde a nomeação do novo Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e superadas as primeiras semanas, marcadas pela forte mobilização da comunidade universitária contra a decisão do Presidente da República de nomear o terceiro colocado na lista sêxtupla, com a preterição do nome do primeiro na preferência da comunidade, abre-se agora o espaço necessário para uma avaliação mais serena e mais ampla do episódio.

Na verdade a intensa movimentação do terceiro colocado da lista, buscando a sua nomeação pelo Presidente, contrariando todas as suas promessas eleitorais, não representou a surpresa maior. Os eleitores foram realmente enganados pelos candidatos derrotados do grupo "Novos Rumos" quando estes se negaram a empenhar-se pessoalmente, inclusive usando um eventual prestígio político-partidário, pela nomeação do primeiro colocado. Não se tratava mais de analisar a qualificação do vencedor para a Reitoria, pois disto a eleição se encarregara anteriormente, mas existia um compromisso formal entre os candidatos de que todos se empenhariam ao máximo para ajudar a legitimar o resultado de uma eleição que representou a vontade de todos, obedeceu a todas as regras eleitorais aprovadas pelo colégio eleitoral e foi o primeiro e mais importante passo na caminhada pela democratização interna da UFRGS. Mas o terceiro colocado e seus amigos não se conformaram com a derrota eleitoral e decidiram virar a mesa. Montou-se dentro e fora da UFRGS uma competente central produtora de notícias falsas, entre as quais a de que o primeiro colocado, Professor Alceu Ferrari, era definitivamente inaceitável em Brasília. O argumento seguinte seria óbvio: então, antes o terceiro do que o quarto colocado, já que este representaria a continuidade de gestão anterior. Uma frase foi repetida, quase como desculpa, nas constrangedoras interpelações dos jornalistas e ficou nas entrelinhas das notícias dos jornais que documentaram a invasão da Universidade pela Brigada Militar, a pedido do Reitor: "Foi para evitar um mal maior". Será que foi?

Certamente a conduta do terceiro colocado causou à UFRGS um mal imenso, porque frustrou a expectativa de uma grande legião de pro-

fessores, alunos e funcionários que nutriam a esperança de que o término da gestão anterior pudesse vir a ser o início de uma nova fase para a instituição, na qual ocorresse a implantação de uma política administrativa e acadêmica realmente participativa, com avanços concretos nos programas de democratização interna. Causou mal à UFRGS porque em toda a sociedade e em boa parte da sociedade brasileiro ficou a imagem, exibida com detalhes pelas emissoras de televisão, de que a mais importante e tradicional universidade do Estado será dirigida por um reitor que não soube honrar a sua palavra. Causou mal à UFRGS porque trocou-se o respeito pela vontade da comunidade, pela ambição pessoal. Causou mal à UFRGS porque provocou profundas dissensões e ressentimentos internos, com prejuízos de difícil reparação para a imprescindível harmonia interna da instituição. Causou mal à UFRGS porque o novo reitor encontrará enormes dificuldades para assegurar o apoio de grandes parcelas da comunidade para enfrentar e solucionar os problemas que inevitavelmente resultarão da implementação da política de contenção orçamentária anunciada pelo Governo para o Ministério da Educação. Causou mal à UFRGS porque transformou-se o ato solene de assunção do cargo de reitor, de tão cara tradição universitária, sempre prestigiado por toda a comunidade externa e interna, em reunião furtiva e secreta, e causou mal à UFRGS, ainda, porque acrescentou à já reduzida capacidade de mobilização da comunidade em torno das questões maiores da vida universitária, imensas quantidades de desencanto e de desalento.

O episódio reacende a discussão em torno de uma preocupação que interessa não apenas à universidade mas a todos os setores organizados da sociedade nos países do terceiro mundo. É o papel do cientista pesquisador, do qual o mundo moderno espera uma participação realmente significativa na busca de soluções para as desigualdades sociais e para a melhoria da qualidade de vida do ser humano. As universidades têm um papel muito importante a cumprir nessa perspectiva, mas para tanto os pesquisadores universitários terão que tornar a sua ação socialmente relevante, não apenas na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico mas também pela sua postura diante dos reclamos do mundo con-

temporâneo. Na universidade, quantos cientistas que ostentam currículos invejáveis em sua especialidade, tão logo sejam guindados a posições de alguma projeção político-administrativa, demonstram não possuir a necessária sensibilidade para as questões de natureza social. Ocorre que em todas as IES brasileiras existe um forte desejo de democratização, de eliminação da verticalidade nas ações administrativas e de conquista da imprescindível autonomia didática e orçamentária. A nova constituição já acolheu a maior parte destes pleitos. No entanto, aqui na UFRGS, atropelou-se a vontade de estudantes, professores e funcionários, uma vontade inequivocamente manifestada nas urnas e buscou-se um acerto com um governo desacreditado e em fim de mandato. É a culminância de uma prática já iniciada na gestão anterior, na qual se franqueia a administração universitária à ingerência dos partidos políticos e se troca favores com grupos palacianos dentro e fora do Estado.

A convocação de uma assembléia universitária estatuinte, comprometida com a redação de um novo estatuto para a UFRGS, integrada por representantes eleitos por todos os segmentos da comunidade, inclusive extra-universitária, representa hoje o desejo mais importante de todos. Afinal, os candidatos que se apresentaram como da oposição, destacaram esta necessidade em suas campanhas pré-eleitorais e a comunidade acolheu a proposta pela sua votação maciça contra a situação. Lamentavelmente não se consegue encontrar na biografia acadêmica no novo Reitor um único ponto de apoio que possa dar aos professores, alunos e funcionários a certeza de que ele lideraria pessoalmente a convocação da grande assembléia. Pelo contrário, teme-se que, mais uma vez, haverá um estatuto novo, porém outorgado, redigido por um grupo de fiéis assessores, todos notáveis certamente, unicamente preocupados com a conservação do poder agora ilegítimamente tomado.

A todos os membros da comunidade universitária frustrados em sua expectativa de participar de uma ampla reforma da UFRGS, resta agora o compromisso de organizar-se como oposição consistente e competente. Consistente na medida que dela se exigirá atenção permanente sobre os atos da nova administração e a sempre renovada busca de uma descentralização adminis-

trativa cada vez maior. Competente na sua forma de atuação, fugindo das radicalizações estereótipas e tratando de ocupar todos os espaços possíveis para o encaminhamento das reformas imprescindíveis. Não pode haver a menor dúvida de que a nova cúpula administrativa da UFRGS, com o apoio dos nomes escolhidos entre os futuros novos diretores e vice-diretores, tratará de assegurar a sua permanência na Reitoria daqui a quatro anos. Afinal esta prática da sobrevivência política a qualquer custo, tão a gosto das rolhas-de-cortiça, de pouca densidade, mas sempre flutuando por cima das águas, foi exibida com maestria nas eleições: simulava um rompimento de última hora com os companheiros que ontem e fez-se qualquer acordo com o que vem depois — desde que se possa continuar no poder.

E não se queira culpar os estudantes pelo sentimento de revolta que determinaram as suas ações de protesto. Não se pode esquecer, jamais, que tudo o que hoje ocorre de lamentável da UFRGS e que certamente perturbará a nossa vida durante os próximos quatro anos tem apenas um responsável: aquele que ocupou um cargo que não lhe pertence.

De resto, ninguém conseguirá deter indefinidamente o curso da história e os ventos da democracia mais cedo ou mais tarde terminarão arejando também a nossa universidade. A UFRGS também ocupará o lugar que merece na sociedade brasileira e na comunidade científica contemporânea. Só que neste dia professores, alunos e funcionários terão conquistado o direito de decidir de forma soberana e livre sobre o destino de sua própria casa, livres afinal da tutela do poder central e livres, principalmente, de todos aqueles que teimam em continuar patrocinando dentro da UFRGS a sobrevivência das práticas ditatoriais, antidemocráticas e clientelistas. Felizmente a Universidade Federal do Rio Grande do Sul é muito maior do que este episódio.

Professor Ludwig Buckup,
do Instituto de Biociências
da UFRGS.

DIRETAS PARA DIRETOR

De um modo geral, as Unidades da UFRGS estão decididas a realizar eleições diretas para a escolha de seus diretores, baseadas nos mesmos princípios que regeram a eleição para reitor — a democratização da sociedade brasileira.

Perguntado sobre seu posicionamento com relação a esta decisão das Congregações, o Reitor nomeado, que participou da campanha pelas diretas, em abril deste ano, como candidato, diz agora que mantém suas declarações publicadas na Zero Hora de 21 de setembro último: "Embora assegure que não apresentará candidatos nas eleições para diretores de unidade, Jacob observa que as eleições diretas 'não são legais' e que seu valor se resume ao de 'consulta', podendo ser realizada ou não. 'Quem elabora as listas sêxtuplas para diretor são as congregações, para que eu faça a escolha do diretor.'"

EDUCAÇÃO

A Congregação delegou à comunidade da FACED a definição do processo eleitoral para a direção da Faculdade. Estas decisões serão tiradas em Assembléia Geral. A Congregação assegura a homologação da lista sêxtupla que o resultado da eleição direta definir e observa que as três categorias terão de avaliar politicamente o procedimento que melhor convier.

EDUCAÇÃO FÍSICA

Em 30 de novembro será realizada uma consulta à comunidade para a elaboração da lista sêxtupla. As inscrições encerram em 30 de novembro.

VETERINÁRIA

Na Veterinária haverá uma consulta aos três setores e a Congregação decidiu formar uma comissão paritária (dois representantes de cada categoria) para estabelecer as regras eleitorais. A Congregação se compromete a homologar as decisões desta comissão assim como a escolha dos seis nomes que comporão a lista.

FÍSICA

Até agora só está definido o coeficiente eleitoral da eleição direta para diretor do Instituto de Física. Será de 40% para os docentes, 30% para funcionários e 30% para os alunos.

ODONTOLOGIA

A eleição já está com seu regimento aprovado e será realizada até 18 de outubro. As inscrições, assim como a votação paritária (1/3 para cada setor) será através de chapas. Também está decidida a composição da Comissão Eleitoral formada por 10 nomes, sendo três professores, três funcionários, três estudantes e um representante da Congregação que só se manifestará em caso de empate.

ENFERMAGEM

Através de uma Assembléia Geral foram escolhidos três professores, três funcionários e três alunos para formarem a comissão de elaboração do regimento para a eleição direta prevista para meados de outubro. A Congregação da Escola de Enfermagem se compromete a referendar a decisão da comunidade.

AGRONOMIA

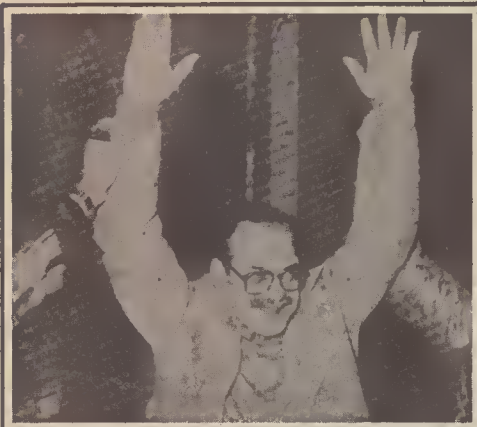
Segundo decisão da Congregação da Faculdade de Agronomia, as três categorias da comunidade universitária votarão para indicar os nomes que comporão a lista sêxtupla. A eleição, marcada para 10 de novembro, será paritária, e as inscrições individuais encerram dia 30 de outubro. Caso o número de candidatos não atinja o mínimo de seis nomes, a Congregação estabelecerá novos procedimentos para a eleição.

QUÍMICA

Em vista da posse do Professor Gerhard Jacob como Reitor, funcionários e alunos do Instituto de Química discutem a possibilidade de não participar do processo eleitoral para diretor da Unidade, mas o assunto ainda é objeto de estudo junto a esses segmentos. A Congregação decidiu-se por uma consulta à comunidade e escolheu uma comissão para propor normas à eleição (dois membros de cada categoria).

UFPEL

Gigante é o primeiro da lista



Terminado o processo de eleição direta para Reitor da UFPEL (Universidade Federal de Pelotas), com a vitória, no mês de agosto, da chapa Construção e a homologação da lista sêxtupla pelo Colégio eleitoral, as três entidades que participaram paritariamente do pleito (ADUFPEL, ASUFPEL e DCE) buscam agora o apoio dos segmentos representativos da sociedade para garantir a nomeação do professor Amílcar Gigante e seu vice, Luiz Henrique Schuch, na Reitoria da Universidade. Apesar de 75% da população universitária ter participado da eleição e do Conselho Universitário ter

(não sem imposições) aceito o processo paralelo, não está garantido o respeito à decisão tirada nas urnas.

Com base nas nomeações já efetuadas pelo presidente Sarney — Rio de Janeiro, Bahia e Federal do Rio Grande do Sul, por exemplo, a estratégia do governo tem sido a de anunciar sua decisão contrária às ditas pela eleição em espaços de tempo suficientemente longos para inviabilizar mobilizações generalizadas e conseqüente pressão em nível nacional.

PUC-SP

Candidata a Reitor pode não alcançar quorum



Leila Bárbara, presidente da Comissão Geral de Pós-Graduação da PUC-SP, é candidata única para o cargo de Reitor daquela Universidade, marcada para 27 e 28 de setembro próximos. Para que seja eleita, Bárbara deverá conseguir uma participação de 50% mais 1 (um) de dois dos três segmentos da comunidade. Tal quorum não parece fácil de ser obtido uma vez que na primeira fase do processo eleitoral, quando foi realizada uma consulta para a indicação dos candidatos, 86% dos alunos, 57% dos professores e 30% dos funcionários não compareceram.

Para a diretoria da APROPUC, uma das razões do desinteresse está no caráter meramente formal do processo decidido pelo CONSUN, onde 184 professores, com mais de 33 anos, doutores, e, com pelo menos, cinco anos de casa eram candidatos a candidatas.

Ameaçados por demissões devido a redução do número de vagas na universidade pela desativação do setor básico e a queda na procura de certos cursos pelos alunos, os professores estão, neste momento, mais interessados em procurar outro emprego, avalia Maria Luiza Ribeiro, presidente da APROPUC (Associação dos Professores da PUC). Do ponto de vista geral, diz Maria Luiza, desde a campanha das diretas até o emperramento da Constituinte, verifica-se uma atitude apática da sociedade em geral em relação aos processos políticos.

A diretoria da Associação sugere a realização de um novo processo eleitoral que possa levar a uma política de escolha com conteúdo, e não apenas uma forma democrática.

DIGITAL

Livraria e
Distribuidora

Especializada em livros de informática e técnicos. Papelaria e suplementos de Informática. Descontos especiais para professores e estudantes.

Av. Des. André da Rocha, 80
Porto Alegre - Fone: 25.9944

PALMARINCA

LIVRARIA
PALMARINCA LTDA.

Rua General Vitorino, 140
1.º Andar - Sala 14 A
Fone: 24-1874
Caixa Postal, 102
Porto Alegre - RS

DISTRIBUIÇÃO E
IMPORTAÇÃO



Um dos pontos do programa da Chapa 2 "ADUFRGS AUTONOMA E DEMOCRÁTICA" às eleições para a direção da Associação em setembro de 1987, era lutar para garantir na UFRGS o que em algumas universidades brasileiras já havia sido incorporado à rotina administrativa: a eleição direta para todos os cargos de direção executiva da Universidade e suas Unidades, como parte do programa mais geral de democratização da Instituição.

Esse compromisso foi reafirmado no discurso de posse da atual diretoria, em outubro de 1987 quando, falando em nome de todos os seus integrantes, o Professor Sérgio Nicolaiewsky convidou as entidades de estudantes e funcionários a somarem esforços para a conquista deste objetivo.

A partir de então, em sucessivas Assembleias Gerais, convocadas pública e amplamente conforme determinam seus Estatutos, a ADUFRGS definiu uma posição com respeito à sistemática que deveria ser adotada para a realização das eleições. A proposta aprovada contemplava basicamente quatro pontos:

1. os totais de votos de cada segmento da comunidade universitária deveriam ter peso idêntico em relação ao total geral de votos;
2. a inscrição de candidatos deveria se proceder por chapas;
3. igualmente os eleitores deveriam votar em uma das várias chapas inscritas, e não em uma das várias chapas inscritas, e não em candidatos individualmente;
4. deveria haver um segundo turno de votação, para o caso de haver mais de duas chapas inscritas e nenhuma delas obter metade mais um dos votos no primeiro turno.

Com base nas deliberações das Assembleias, a Diretoria da ADUFRGS encaminhou tais propostas ao DCE e ASSUFRGS. Uma vez aceitas, passaram a ser o eixo de atuação das três entidades junto à administração superior da Universidade.

Desde o início tínhamos claro que a conquista de eleições diretas na UFRGS não seria uma tarefa fácil. A primeira evidência das dificuldades materializou-se no famigerado "Projeto Faccioni", que previa a simples recondução dos Reitores das IFES por tantos mandatos quantos a idade dos eternos candidatos suportasse.

Tal projeto, como é notório, foi concebido para ser aprovado na surdina, mediante a larga utilização dos artifícios propiciados pelo Congresso Nacional travestido de Congresso Constituinte: acordos de lideranças sem discussão de plenário, onde os vários partidos simplesmente "trocam" apoios aos seus diversos projetos, sem que muitas vezes tenham sequer condições de avaliar o mérito dos projetos que estão apoiando!

É nosso dever registrar que encontramos, tanto na Câmara quanto no Senado,

A ATUAÇÃO DA ADUFRGS DURANTE A ELEIÇÃO DIRETA PARA REITOR

De ora em diante, a posição dos docentes deve ser marcada pela coerência com a luta histórica do movimento pela democratização da Universidade.

parlamentares dignamente preocupados com a necessidade de uma profunda reforma da Universidade brasileira — e não poderia ser diferente! e com uma clara avaliação das nefastas conseqüências de uma eventual aprovação do Projeto Faccioni. No entanto, esse Projeto permitiu não apenas melhor aquilatar o grau de esperteza dos estrategistas do continuísmo na UFRGS, como propiciou testemunharmos um primeiro confronto da Universidade com a incultura de grande parte da representação política deste país.

"A ADUFRGS MANTEVE SUA INDEPENDÊNCIA INSTITUCIONAL. . ."

Enquanto lutávamos contra a estratégia do continuísmo, a ADUFRGS, juntamente com as entidades de estudantes e funcionários, procurou garantir a realização das eleições junto aos colegiados superiores da Universidade. Também aí as dificuldades não foram poucas. Com exceção de uma escassa maioria no CONSUN, a proposta das diretas estava longe de contar com a adesão consciente da maioria dos membros do COCEP e CONCUR. Além disso, um grande número daqueles conselheiros tendia a ver a escolha do Reitor como um "assunto de interesse interno do corpo docente".

Com o objetivo maior de salvar a realização das eleições, a ADUFRGS cedeu em todos os pontos de sua proposta original, firmando o compromisso de respeitar e fazer respeitar o Regimento Eleitoral definido pelos três Colegiados Superiores, deixando claro que, ainda que não fosse plenamente democrático, representava o consenso possível, dada a heterogeneidade das forças políticas que compõem a Universidade. Este foi o espírito com que a ADUFRGS participou da Comissão Eleitoral onde esteve representada por seu Presidente.

Durante todo o desenrolar do processo eleitoral, a ADUFRGS manteve sua independência institucional. Embora reconhecendo a existência de uma candidatura articulada pela maioria das forças políticas que sustentavam o Movimento Docente, em nenhum momento a Diretoria permitiu que o nome da Entidade fosse utilizado com o objetivo de fortalecer quaisquer das candidaturas existentes.

"A PRIMEIRA EVIDÊNCIA DAS DIFICULDADES MATERIALIZOU-SE NO FAMIGERADO PROJETO FACCIÓNI. . ."

Embora legalmente a eleição direta configurasse uma consulta prévia à elaboração da lista sêxtupla pelos Colegiados Superiores da Universidade, estava claro que seu sentido político suplantara o sentido legal: era justamente um questionamento da legitimidade do sentido legal, e a afirmação de um novo espaço de legitimidade, fundado na escolha-do-dirigente-máximo-da-Universidade-pela-sua-própria-comunidade. O próprio Colégio Eleitoral legal reconheceu isto, uma vez que antecipadamente abriu mão de sua prerrogativa de compor a lista sêxtu-

pla, limitando-se a encaminhá-la ao MEC. Este questionamento da legalidade, aliás, constituiu-se na essência do próprio processo eleitoral, e só assim fazia sentido caracterizá-lo como parte do processo de democratização da UFRGS. A tal ponto que o compromisso de respeitar essa essência foi a principal exigência feita aos candidatos por parte dos eleitores, pois senão tudo seria uma farsa.

"O PROFESSOR GERHARD FOI CLARO: NÃO ACEITAR SUA NOMEAÇÃO 'SERIA DESRESPEITAR AO PRESIDENTE SARNEY'."

Uma vez definido o resultado da eleição, a ADUFRGS desenvolveu uma intensa campanha junto aos mais diversos setores da opinião pública rio-grandense, visando sensibilizá-los para que intercedessem junto à Presidência da República no sentido de que o processo eleitoral fosse respeitado. Manifestações neste sentido foram solicitadas a toda a bancada federal do Estado, na Câmara e no Senado, bem como à mais de uma centena de entidades e organizações da sociedade civil gaúcha. Além disso, por duas vezes a Diretoria da ADUFRGS enviou representantes à Brasília para, em nome dos docentes da Universidade, interceder junto às autoridades federais pela pronta nomeação do reitor eleito, Professor Alceu Ferrari. Em uma dessas ocasiões foi entregue diretamente ao Chefe da Casa Civil da Presidência da República um Manifesto, com mais de cem assinaturas, com idêntica solicitação.

Ao proceder assim, entendeu a Diretoria que estava não apenas cumprindo seu compromisso frente à toda a comunidade universitária, em fazer respeitar o resultado de um processo que os docentes se empenharam em construir. Estava, além disso, cumprindo um mandato expresso sucessivamente reiterado pelas instâncias de deliberação da Associação.

Por outro lado, a adesão dos docentes à paralização de dois dias foi convocada pela Assembleia do dia 22 de agosto, em protesto contra a nomeação de Gerhard, paralização que contou com a adesão de cerca de 70% dos docentes da Universidade, mostra que a atitude da Diretoria tem sido basicamente correta, inclusive quando, sem desconsiderar a importância de uma ação unitária com os estudantes e os funcionários, deixou clara sua posição ao discordar de algumas atitudes dos outros segmentos.

Uma vez confirmada a nomeação do terceiro integrante da lista sêxtupla, ou seja, de alguém que havia sido derrotado na eleição, a Diretoria da ADUFRGS, juntamente com as entidades de funcionários e estudantes, dirigiu-se ao nomeado solicitando o que era óbvio: que esse Professor respeitasse sua Universidade declinando de sua nomeação! O Professor Gerhard foi claro: não aceitar sua nomeação "seria um desrespeito ao Presidente Sarney"! Este Professor, que como principal trunfo de campanha ostentou o curriculum de ex-pesquisador eminente, curva-se à vontade de um governo cuja política para a Universidade é, entre

outras coisas, o sucateamento puro e simples do seu equipamento de pesquisas; ao invés de se escudar na dignidade (não vamos lembrar de sua "promessa de campanha eleitoral"), Gerhard opta pela submissão à prepotência de um Governo desacreditado.

Ora, um dos mecanismos psicológicos elementares de quem se submete à prepotência "dos de cima" é o de reproduzi-la com "os de baixo". Daí que, imediatamente, é necessário lutarmos pela garantia de que sejam respeitadas as eleições diretas para Diretores de Unidades. Não podemos admitir que, submisso a Sarney lá fora, Gerhard banque o Sarney aqui dentro!

A Diretoria considera fundamental, a partir de agora, que os docentes decidam uma posição quanto ao que está caracterizado como uma intervenção na Universidade. A Intervenção é perigosa quanto aos métodos e quanto aos objetivos que pretende. Quanto aos métodos, ao frustrar uma expectativa longamente almejada de ver na Reitoria o resultado do esforço da mobilização e participação de toda a coletividade universitária, gera a desmobilização, o descrédito quanto a qualquer possibilidade de eficácia na ação coletiva. O desalento de muitos docentes, hoje, voltados para seus afazeres cotidianos como compensação à traição do projeto coletivo, é a primeira expressão disso, e é também o mecanismo de encorajamento da cooptação, dos que pensam que estar com o poder é, no final das contas, sempre a melhor alternativa.

"... AO INVÉS DE SE ESCUDAR DA DIGNIDADE GERHARD OPTA PELA SUBMISSÃO À PREPOTÊNCIA DE UM GOVERNO DESACREDITADO"

Quando ao projeto, começam a delinear-se mais claramente os "novos rumos" que pretendem impor à UFRGS. A pesquisa (descontando-se o que há de manobra demagógica por trás do propalado incentivo à pesquisa!) entendida como um fim a si mesma, destituída de qualquer reflexão ética, tem sua fonte de inspiração mais próxima na dita "Universidade do conhecimento" buscada pelo falecido Projeto GERES. Pretende-se construir uma Universidade que volte as costas para as formas de apropriação social do saber que, a pretexto de senso oportunista, busca na iniciativa privada (como se esta fosse algo abstrato, acima das determinações históricas que produzem uma determinada forma de acumulação capitalista, de contornos sociais e políticos precisamente determinados!) a fonte alternativa de financiamento de seus projetos. Seremos, na melhor das hipóteses, tão medíocres quanto essa mentalidade privatista que não consegue sobreviver sem o dinheiro público, e cujo maior mérito é justamente tolher a iniciativa que a legitimaria socialmente.

A posição dos docentes, de ora em diante, deve ser marcada pela coerência com a luta histórica do movimento pela democratização da Universidade. Devemos antes de tudo ter presente que a comunidade eleger um programa, e este programa deverá ser a referência em nossa relação com a Reitoria.

PODRIA SER YO

Los sectores populares urbanos
en imagen y palabra

Réplica: un barrio

23 42



—¿Por qué no sacan la casa de Basilia ahora?... ¡¿No es el mismo frente?!
—Si no, sólo ponen miseria y no el progreso.. ¡Tendrían que estar las dos fotos!

Produto de um diálogo entre investigadores sociais e habitantes de setores populares da área metropolitana de Buenos Aires, PRODYA SER YO (Ediciones de la Flor, Buenos Aires, 1987), de Elizabeth Jelin e Pablo Vila apresenta visões e interpretações da organização da vida cotidiana. Fotos, testemunhos de pessoas vendo essas fotos, interpretações sociológicas, reações dos bairros a tudo isso se combinam para abrir um panorama amplo da complexidade e riqueza da cultura popular. Os temas cobertos são os de todo o dia: o bairro, o trabalho, as crianças, as filas, o tempo livre, a política, as esperanças... Sobre esses assuntos são apresentadas reflexões e fotografias. Mas a obra não termina com a edição do livro, explica Jelin. Cada leitor que dele se aproxima poderá agregar seus próprios comentários para novas fotos e, assim, gerar uma nova discussão sobre como se vive no cotidiano, a realidade urbano-popular.

Qué son, ¿linyeras o gente pobre?



—Chascomús fue siempre una zona donde podíamos ir todos, cualquiera de nosotros podíamos ir a pescar, pasar unos días allí, alquilábamos... estaba a la altura de cualquier obrero. Yo fui el domingo porque me quería pasar las vacaciones en Chascomús... ¡vine horrorizada! ¿Sabés cuánto se paga por noche para dormir? Siete australes por persona, necesito 28 australes por noche para dormir, sin comer. Este señor presidente ha movilizado todo allá porque está hermoso! Te imaginás, ahora el surf (hay campeonatos de estos a vela)... todas esas cosas que nosotros no las vamos a llevar, porque solamente que cacemos un cacho de tergo y nos vamos a hacer surf!!... ¡Eso no está a la altura de nosotros!! Unas casas rodantes pero terribles, impresionantes que da hipó!!... Y hospedaje ¡no hay más!... Y nosotros, ¿dónde corno nos vamos este año?! ¿adónde nos vamos? ¿dónde nos vamos? Decime, un obrero que trabaja no se puede tomar 10, 15 días ir a Chascomús, donde íbamos, pescábamos. ¡Me quise morir!!... Yo te juro que vine tan indignada, hubiera querido hacer una carta abierta al presidente y decirle: qué, ¿qué hizo!?... ¿dónde vamos nosotros ahora? Es terrible...

—¿Y el río de Quilmes?... antes iba, íbamos toda la negrada. Ahora van todos con sus terribles cochazos, se quedan hasta la noche y le ponen la carpa hasta el otro día! Antes iban los negros, decían...

—Y, pero vos vas ahora y van hasta los cogotudos. ¡Si no se puede salir a ningún lado!

¿Es cuestion de uno?



—Sí, porque no es solamente la basura...
—La luz, el gas, el agua...
—Las calles que están intransitables...
—Las veredas.
—Bueno, las veredas dependería de cada uno!
—Bueno, las veredas sería aparte, pero ¡estamos abandonados completamente!!
—Pero las calles, ¿Ud. vio por allá? No pasa ni un carro por esas calles... los pastizales altos así!... Y eso sí, pienso que las calles es de la Municipalidad!!... porque en la calle no va a ir cada vecino a...

—A mí se me reventó el caño del agua en la puerta de casa y la vecina me decía: no! lo tenés que arreglar vos porque está en tu lugar! Escuchame, yo no, ¡que venga Obras Sanitarias a arreglarlo! No, me dice, no, eso tenés que arreglarlo vos!!

—¿Cuándo pasa el basurero? ¡Cuando se le antoja!!

—Por casa pasa, no todos los días, pero dos veces pasa. Entonces si cada uno pone su basurita en cada canastita, lo pone arriba que no lo desparramen los perros. Eso es también, es cuestión de uno, porque no es cuestión municipal. Cada uno tiene su canastito, la pone ahí, jesa no es cuestión de la Municipalidad! Porque aunque esté la basura amontonada ahí, pero si está arriba y no tirada en el medio de la calle, ¡ehh!?

O ABRAÇO DE EDUARDO GALEANO AOS QUE NÃO SÃO BRANCOS, NEM MACHOS, NEM RICOS, NEM MILITARES

A chuva que caía sobre Porto Alegre na manhã de vinte de agosto não impediu que grande número de pessoas se aglomerassem no saguão do Centro Municipal de Cultura à espera de Eduardo Galeano que naquele sábado lançava sua obra mais recente: A Descoberta da América (que ainda não houve).

Em uma sala contígua, o autor de "As Veias Abertas da América Latina", "Vagamundo", "Dias e Noites de Amor e de Guerra", entre outros livros da trilogia "Memórias de Fogo", conversava com um grupo de jornalistas. Simpático, ligeiramente tímido, não falou de sua obra, nem de jornalismo, onde militou por mais de trinta anos, mas falou de sua experiência como cidadão. Ele estava ali, como um personagem de seus livros "pessoas de carne e osso (...) capazes de fazer a história de cada dia, nem de bronze, nem de mármore, sujas de barro humano, mas com a alegria do barro humano". Contou como foi o "Chile Crea", Encontro Internacional da arte, da ciência e da cultura pela democracia do Chile, que de 11 a 17 de julho passado reuniu mais de trezentas personalidades no país de Pinochet. O movimento demonstrou que em um país militarizado a cultura não pode ser sufocada quando o povo agredido toma nas mãos a sua continuidade. Galeano falou sobre o Uruguai, onde liderou o movimento contra a lei de Impunidade do Terrorismo de Estado, o que resultou na coleta de algo em torno de quarenta milhões de assinaturas.

ADverso. Galeano, você participou, há pouco tempo, de duas experiências importantes para o processo de democratização do Chile e do Uruguai. Mais precisamente, do que se chamou "Chile Crea", em Santiago, e também do movimento contra a Lei da Impunidade, no seu país natal. Como foi isso?

Galeano. Eu fui eleito para fazer o discurso de abertura do "Chile Crea", em Santiago do Chile. Foi uma invasão de intelectuais e artistas de todos os países ou de boa parte deles. De modo que decidimos desembarcar no Chile para expressar o nosso apoio ao processo democrático do povo do Chile contra a ditadura de Pinochet. Eu acho que foi um sucesso. Mais de trezentos intelectuais participando de mil coisas, em toda parte, manifestações as mais diversas... canto, teatro, poesia, tudo... e com um eco popular imenso.

P. Até que ponto a solidariedade internacional é decisiva para o processo de democratização dos países?

R. As ditaduras não se derrubam de fora, nem de cima. Quando elas caem de verdade é atrás de um processo de luta que vem do mais profundo da sociedade, vindo de baixo, e através de um processo que acontece por dentro. Mas a solidariedade internacional cumpre um papel importante também. O povo chileno já vem sofrendo há longo tempo, e esse abraço vindo de fora é importante para eles também. Se não é decisivo do ponto de vista do país, funciona como aquelas pequenas coisas que ajudam. É como quando você está em uma situação difícil e uma pessoa amiga lhe dá um abraço e depois vai embora, parte. Mas aquele abraço ficou, te alimentou. São essas pequenas

injeções de vitaminas que você recebe. Esta experiência foi muito positiva também porque em todos os lugares em que eu estive, foi compartilhada por amigos de diferentes lugares, de diferentes países. Em todas as cidades e povoados do Chile eles perceberam aquilo que eu chamaria de silêncio vivo. A realidade é muito mais viva do que parece ser. Às vezes ela se exprime por meios não espetaculares, mas que são verdadeiros e eloquentes. Às vezes os intelectuais confundem o silêncio do povo com a indiferença ou resignação, uma aceitação da ditadura como se fosse um destino. Mas não é bem assim. Há uma vontade de resistência muito viva.

P. E nesse silêncio, há espaço para revoluções? Como a situação pode ser revertida?

R. Não tenho a menor idéia, e qualquer resposta para uma pergunta tão geral seria uma terapia do tipo analista de Bagé. Não dá porque a realidade é muito mais sutil, muito mais complicada. Então os caminhos da liberdade são abertos e percorridos pelo povo, pelas grandes coletividades, segundo o lugar, segundo o ritmo, de diferentes maneiras, não tem fórmulas que sejam aplicáveis para todos os lugares e para todos os momentos. A única coisa que acho possível como regra geral é o respeito. A obrigação que a gente tem de respeitar os caminhos que cada povo vai elegendo para se desenvolver e para se libertar das estruturas que estão condenando a maioria das pessoas a viver uma semivida, uma vida feita de silêncios, de mentiras, de renúncias. Cada povo tem a sua maneira e o Uruguai vai procurando encontrá-la, pelo menos. E o que nós podemos fazer é ajudar, mas não ensinar, indicar com o dedo em riste qual é o caminho a percorrer. Para mim a experiência do exílio foi boa nesse sentido. Aprendi muito em matéria de experiência e humildade.

P. E qual o caminho uruguaio?

R. No Uruguai a contradição contra a qual estamos agindo poderia ser sintetizada da seguinte maneira: porque é que um criminoso de guerra merece castigo se é alemão, mesmo quarenta ou cinquenta anos depois dos crimes cometidos e um outro criminoso de guerra merece condecoração, ascensão e gratificação oficial se é nascido no Uruguai? Porque esta diferença entre um e outro criminoso?

P. Ou na Argentina?

R. Ou na Argentina, também, com aquela lei que foi aprovada pelo governo de Alfonsín, que eu acho terrível, pela primeira vez na história da humanidade se admite que um militar possa torturar e possa matar se o crime é cometido em cumprimento de ordens superiores. Nunca, nem Hitler, na Alemanha, tinha tido a coragem de dizer uma coisa semelhante. Então é penoso que uma democracia recente como a Argentina tenha tido este triste privilégio. O de ter sido a primeira na história humana a sacrificar juridicamente a tortura e os crimes cometidos por terroristas de Estado. Até o código militar nazi (de 1941, se não me engano) dizia o contrário. Se as ordens contradizem os princípios constitucionais e os valores essenciais da nação, então o soldado tem obrigação de desobedecer. Claro que na prática não era assim; mas havia, pelo menos, aquele pressuposto de que o vício paga a virtude — e que é chamado de hipocrisia, que determinava que, pelo menos, do ponto de vista jurídico ou legal se estabelecesse que ninguém está obrigado a torturar ou matar mesmo recebendo ordens, e

agora se diz que se é cumprindo ordens, tu do bem.

A partir da consciência dessa contradição e da consciência da vontade popular de justiça, a partir da certeza de que estávamos interpretando uma vontade popular é que começamos aquela campanha de coleta de assinaturas, que foi um sucesso. Conseguimos o que em termos brasileiros seria quarenta milhões de assinaturas, o que é muito, sobretudo em um país treinado para o medo, pois doze anos de ditadura não é brincadeira.

A nossa campanha de assinaturas foi um ato absolutamente democrático, porque foi o povo que se expressou diretamente, sem intermediários, expôs sua vontade de justiça. Mas, como nós estamos na América Latina, no reino dos paradoxos, nossa campanha foi denunciada como anti-democrática. Tudo que possa ser uma contribuição à expressão direta da vontade popular é um delito lesivo à democracia, do ponto de vista de uma democracia militar, vigiada, hipotecada, que desconfia do povo que diz representar. No Uruguai, parece que o mundo vai se acabar por causa do plebiscito, que é um mecanismo democrático absolutamente normal em outros países. E o plebiscito tem um prestígio histórico no Uruguai. Mas isso faz parte do medo. Estamos vivendo um cotidiano do medo. Temos medo de que a democracia funcione de verdade, porque ela é como uma velhinha sentada em uma cadeira de rodas. Não fale alto porque ela pode morrer!

P. Esse medo é uma realidade comum aos latino-americanos, não é?

R. É preciso considerar a questão das energias. Há as energias do medo e as da dignidade também. Dignidade nacional, popular. A experiência das assinaturas no Uruguai é prova de que as energias da dignidade podem ser mais poderosas do que as do medo. E isso é o melhor que temos. É uma prova de dignidade coletiva. O povo não gosta de ser tratado como de menor idade, de lidar com um general que vai dar ou não a chave para sair à noite, segundo a boa conduta que o povo demonstre ter. Ou seja, segundo a capacidade que o povo demonstre ter para mudar as condições econômicas e sociais de seu país. Por que no fundo é isso. Os militares continuam sendo a guarda pretoriana da ordem estabelecida e das estruturas estabelecidas de poder. Aí, se você desafia as estruturas de privilégios traduzidas pela herança e justificadas pela cultura dominante, você está correndo grave risco. E eu acho que o povo assumiu esse grave risco no Uruguai. É uma maneira de dizer não, eu quero viver de verdade. E esse é o desafio das democracias novas da América Latina. Elas nascem muito limitadas, nascem com fronteiras tão estreitas que você não pode fazer nada e nós não queremos democracias prisioneiras. Esse é o sentido da campanha uruguaia.

No Uruguai, durante o terrorismo de Estado que durou doze anos, um cidadão em cada cinquenta, segundo algumas estimativas, ou um em cada oitenta, segundo outras, sofreu torturas. E um militar passou nove anos na cadeia por ter-se negado a torturar um preso político. Este é um retrato do Uruguai da impunidade.

P. Em que medida essa experiência dos uruguaio pode influenciar a luta pela democracia em termos de América Latina?

R. O Uruguai não é um país importante, porque é pequeno. Eu sou consciente de nossa insignificância. Mas é significativo como exemplo de um caminho possível. Isso pode ser contagioso. No começo o movimento das assinaturas foi visto com muito desdém por certas organizações políticas.

O Uruguai teria condições para admitir uma idéia mais generosa em relação à punição do terrorismo de Estado, mas não podia admitir a idéia de igualdade apreço-

da pelos militares. Eles propunham algo, simétrico, já que diziam ter perdoado aos guerrilheiros, mas não é verdade. Os crimes (se é que houve crimes de guerrilha, porque no Uruguai foi uma guerrilha sem sangue) foram pagos durante longos anos de prisão, torturas, pessoas desaparecidas. Uma história longa de castigos, enquanto o terrorismo de Estado nunca foi punido. Não sou a favor do castigo no sentido de vingança. Mas daquele que permita que a democracia seja edificada sobre uma base de justiça. E também a idéia de igualdade perante a justiça, sejam militares ou não. Ela tem funcionado para os que figuram e se beneficiam da história oficial: os brancos, os machos, os ricos e os militares.

PERSONÁLIA

Para Luiz Carlos, médico e patriota

Quanto idealismo havia naquele colega magro, alto, com grossas lentes de miopia, sério em tudo o que fazia. Dizia-se que fora muito religioso e que, através de seu cristianismo, seria bom médico e melhor transformador social. Depois nunca mais se soube se continuou religioso, cristão ou materialista. É certo, porém, que permaneceu como cerne de sua alma o humanismo que praticou.

O golpe de 1964 atingiu-o profundamente, quando era presidente do Centro Acadêmico Sarmiento Leite. Foi destituído da Presidência, substituído por um interventor, e preso inúmeras vezes.

Subitamente desapareceu de Porto Alegre. Só se sabia que fora viajar pelo Brasil, a procura de um local para exercer sua nobre profissão de médico, baseando sua atividade em seus princípios humanistas. Pois assim pensou e assim fez. Dizem que durante vários anos foi festejado pela população pobre do Alto Araguaia por suas qualidades de médico e homem. Repentinamente sua fotografia apareceu na grande imprensa paulista: era um dos integrantes de um agrupamento guerrilheiro que se instalou na região e que desejava transformar o País, através da luta armada. Em 1964 foi morto junto com outros companheiros pelas forças da ditadura, que não admitiam sequer reuniões inocentes, quanto mais movimentos guerrilheiros. Morreu João Carlos Haas Sobrinho, líder político e revolucionário brasileiro, que conviveu conosco e aqui na Universidade iniciou sua luta.

Seus colegas de época fizeram-lhe sentida homenagem em 1984. Ótima iniciativa, mas ainda muito pouco para a grandeza de sua figura humana. Lá está, no Centro Acadêmico Sarmiento Leite uma placa que diz: "Homenagem do CASL e dos colegas contemporâneos a João Carlos Haas Sobrinho, ex-presidente do CASL, médico e patriota, morto em 1974, lutando contra a repressão, pela democracia, pela liberdade e justiça social. Em 24/06/84 (dia de seu aniversário)".

João Carlos não morreu em vão. Seu exemplo se multiplicará e um dia as sementes que lançou darão frutos. E o Brasil será, então, como ele sonhou.

Fúlvio Petracco
Engenheiro

Carta de protesto à nomeação de Gerhard

Assim que tomou conhecimento da nomeação do Professor Gerhard Jacob para a reitoria da UFRGS, a ANDES, através de sua vice-presidência regional-RS, sediada em Pelotas, encaminhou uma carta ao Professor, protestando contra o ocorrido e prevendo quatro anos de retrocesso para a Universidade. A carta diz, na íntegra, o que segue:

Senhor Professor,

A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, representada por sua vice-presidência Regional do Rio Grande do Sul, vem, por meio desta, formalizar seu veemente protesto contra mais um golpe à democratização e autonomia universitária, compactuada por Vossa Senhoria, quando de sua aceitação ao cargo de Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Mais uma vez testemunhamos, envergonhados, interesses extrínsecos atropelarem a escolha da comunidade Universitária e que deverão mergulhar a UFRGS numa crise moral sem precedentes em sua história, visto seu compromisso, assumindo publicamente, explicitado em "Se a palavra de um professor universitário não basta, então não votem em mim".

Entendemos ser Vossa Senhoria, a partir deste momento, o único e exclusivo responsável pelos retrocessos que irão marcar a UFRGS nos próximos quatro anos.

Sendo o que tínhamos para o momento, enviamos nossas Saudações Universitárias.

O documento é assinado pelo professor Luiz Paiva Carapeto, vice-presidente regional-RS da ANDES.

ANDES e FASUBRA lançam manifesto nacional em defesa da escola pública

Um manifesto em defesa da Escola e da Universidade públicas foi entregue ontem ao MEC (divulgado em nível nacional) por diretores da ANDES (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior), FASUBRA (Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras) e representantes dos docentes e funcionários da UNB (Universidade de Brasília).

O documento faz referência à campanha oficial de mentiras com o propósito de encobrir a crescente desobrigação do Estado para com a educação; à asfixia da política de verbas às Instituições de Ensino Superior (IFES); à política de arrocho salarial praticada pelo governo; ao desrespeito à autonomia universitária através da nomeação de Reitores outros que os escolhidos pelas comunidades universitárias, resumindo, com essas denúncias, a pior crise já vivida pela Universidade brasileira e pelas Escolas públicas. Segundo os signatários do manifesto, Sadi Dal-Rosso (Presidente da ANDES) e Vânia Galvão (Presidente da FASUBRA), esta crise não resulta da even-

tualidade, mas é promovida conscientemente pelo Estado, que assim respalda os mais vis interesses do empresariado da educação.

Livraria do Parque Ltda.

Literatura Biomédica

Av. Osvaldo Aranha, 226 - Bom Fim
Fone: (0512) 27.5201 - Porto Alegre - RS



— O SEU STYLO DE LER —

- Tudo em papelaria
- Literatura em Geral
- Sobreloja livros técnicos
- Livros: preço de editora
- A vista 10% de desconto
- Crediário
- Encomendas pelo

Trav. Leonardo Truda, 104 -
centro - Porto Alegre

fone: 36.5127

Repúdio ao Interventor

Os participantes do V Encontro de Diretores e/ou Coordenadores de Cursos e Representantes de Classe de Economia Doméstica e Comissão Técnica de Economia Doméstica da ABEAS, em ofício datado de 12 de setembro, dirigido ao Presidente Sarney e ao Ministro da Educação, Hugo Napoleão, manifestaram seu repúdio face a "intervenção na UFRGS, que contraria todas as aspirações democráticas do povo brasileiro".

III CONCUT

De 7 a 11 de setembro, realizou-se em Belo Horizonte o III CONCUT (Congresso da Central Única dos Trabalhadores), com a participação de 6.200 delegados representando mais de 1.400 entidades sindicais urbanas e rurais. A pauta do Congresso compreendia: conjuntura e balanço da CUT; concepção e prática sindical, estrutura sindical e Estatutos da CUT; plano de ação da CUT e eleição da Direção Nacional.

Inaugurado com a presença de uma delegação de mais de 100 representantes do movimento sindical de outros países, bem como de personalidades nacionais, o encontro constou de uma plenária inicial, trabalhos em grupo e plenária final, onde foram votadas as deliberações dos grupos e eleita a nova direção da CUT.

Na plenária inicial, após a aprovação do Regimento Interno do Congresso, foi feita a escolha de uma tese-guia, sobre a qual seriam propostas as modificações nos grupos. Dos 17 trabalhos previamente inscritos, 5 eram específicas, tratando de questões como a situação dos aposentados e pensionistas, dos funcionários públicos, dos profissionais liberais, da natureza e dos povos indígenas. Entre as teses que abordavam a totalidade do temário, foi eleita a tese de nº 10 ("Pela CUT classista, de massa, democrática, de luta e pela base") como tese-guia.

Resoluções

As principais resoluções aprovadas na plenária final foram as seguintes:

— denunciar o caráter reacionário do conjunto da nova Constituição, bem como lutar pela aplicação efetiva dos (poucos) direitos conquistados;

— continuar na luta pela construção de um sindicalismo classista e independente do Estado e partidos políticos, bem como garantir uma CUT democrática e pluralista;

— alterações nos Estatutos da CUT (participam dos congressos apenas as entidades filiadas à Central, com o número de delegados calculado sobre a base efetivamente sindicalizada);

— plano de lutas: reafirmação da perspectiva aprovada no II Congresso: com os eixos "Salário, emprego e liberdade para todos; terra para quem nela trabalha".

Em relação ao funcionalismo público, aprovou-se a luta imediata pela construção de sindicatos, que devem seguir a dinâmica própria do movimento, ou seja, que os próprios trabalhadores do serviço público decidam sobre a forma de organização e funcionamento desses sindicatos.

Para a escolha da nova direção apresentaram-se três chapas; em virtude da aplicação da proporcionalidade, a chapa majoritária conquistou 50 cargos (incluindo a presidência), e as outras ficaram com 19 e 14 cargos. Jair Meneguelli continuou como presidente da CUT, ficando Avelino Ganzer (trabalhador rural/PA) como vice-presidente e Gilmar Carneiro (bancário/SP) como secretário-geral.

Em breve será divulgado o balanço final do Congresso, com todas as resoluções aprovadas.

DARCI BARNECH CAMPANI

Vote para Diretor



REUNIÃO DE AGOSTO

A Secretaria Regional da ANDES-RS reuniu-se em 27 de agosto passado em Porto Alegre, com a participação da APUVAR (Santa Cruz do Sul), APESB (Bagé), ADUPEL (Pelotas), ADUI (Ijuí), ADUFRGS (Federal do Rio Grande do Sul) e APOFURG (Rio Grande).

Recomendações

Entre outras recomendações, a reunião sugere às AD's Federais a introdução da discussão alternativa de uma Universidade Estadual no Rio Grande do Sul como a finalidade de levar a população a possibilidade de ensino público e gratuito, uma das principais bandeiras da ANDES. Recomenda-se também a discussão sobre a Constituinte Estadual. Às AD's particulares recomenda-se a busca de integração entre comunidade acadêmica e as entidades civis, objetivando levar a discussão sobre a Universidade Estadual. O incentivo à participação de docentes, alunos e funcionários assim como o esclarecimento da opinião pública através dos meios de comunicação também são solicitados pela reunião de Porto Alegre.

Constituinte Estadual

Em razão da necessidade de um trabalho articulado por ocasião da Constituinte Estadual, a Secretaria Regional-RS deliberou reativar o Fórum das Entidades da Sociedade Civil no Estado, cujos contatos iniciais serão feitos pela ADUFRGS. Cada AD compromete-se a tentar, em sua cidade, formar foros semelhantes.

Sindicalização

Tendo em vista a fraca discussão sobre o tema, apesar de sua importância para o MD, a Secretaria deliberou enviar cópias da proposta da ANDES para todas as associações de docentes do RS, solicitando divulgação e discussão. As instituições que ainda não formaram AD's também receberão a proposta.

Política Agrária

Passam a integrar o Grupo de Trabalho de Política Agrária da ANDES, a ADUFRGS, APESB, ADUI e ADUPEL. A proposta de criação de um GT nacional será elaborada na próxima reunião e apresentada no XVIII CONAD.

Reitor da UFRGS

Onze AD's gaúchas, juntamente com a Regional ANDES-RS, assinaram moção de repúdio à nomeação do professor Gerhard Jacob para a Reitoria da UFRGS. A Regional-RS solicita às demais AD's que manifestem seu descontentamento pelo ocorrido através de correspondência à ADUFRGS.

Reitoria UFPEL

Os professores Amílcar Gigante e Luiz Henrique Schuch, eleitos respectivamente, Reitor e Vice-reitor da UFPEL, receberam moção de apoio da ANDES, ADUFRGS, ADUFRGS, ADUI, APUVAR, APROFURG, ADPUC-RS, APESB, ADOCA, APUMS e da Vice-Presidência Regional-RS.

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRGS

Eleição será nos dias 25 e 26 de outubro

Nos dias 25 e 26 de outubro estarão ocorrendo as eleições para Representantes de Unidades no Conselho da ADUFRGS, gestão 88/89.

A escolha dos Representantes deve ser encarada com muita responsabilidade pelos associados, resultando de uma profunda reflexão acerca do papel desempenhado pelo Conselheiro. Sua tarefa primordial consiste em levar as opiniões, sugestões e idéias dos professores que representa até a Entidade e realimentar a discussão na Unidade com as posições das demais, entendendo-se sua função essencialmente como de representação dos professores da Unidade no Conselho e não simplesmente como representante da ADUFRGS na Unidade.

Cabe portanto aos professores a escolha de representantes que efetivamente se comprometam com o desempenho da função, encarando a representação no Conselho como parte integrante de suas atividades na Universidade.

Considerando-se particularmente as Unidades com grande número de professores ou aquelas cujos Departamentos estão espalhados por diversos prédios ou, até mesmo, por diferentes campi, o Conselho da ADUFRGS criou a figura do "Suplente por Departamento". Assim, mediante um rodízio entre os representantes dos di-

versos Departamentos, tornou-se possível a representação mais freqüente da Unidade nas reuniões do Conselho.

Além disso, o comparecimento simultâneo de representantes de diversos Departamentos de uma mesma Unidade permite um melhor fluxo de informações, agilizando a comunicação entre Entidade e Associados.

Problema sério se verifica em Unidades que não elegem Representante e naquelas em que o Representante eleito renuncia a seu mandato. Tais Unidades ficam sem via de comunicação com a ADUFRGS, pois é sabido que a imprensa não prima pela exatidão ao divulgar as informações relativas à Entidade e não pode, de forma alguma, substituir o trabalho do Conselheiro.

É muito importante que se realizem reuniões nas Unidades, nas quais a questão da representação seja profundamente discutida e onde se levantem os possíveis nomes para exercê-la. Deste modo, a representação tem condições de ser mais atuante, por ter respaldo e, ao mesmo tempo, compromisso direto com os associados de sua Unidade.

Um Conselho de Representantes realmente atuante é fundamental para a construção de uma Entidade forte e permanentemente vinculada aos interesses dos Docentes de nossa Instituição.

ASSESSORIA JURÍDICA

DATA MARCADA PARA JULGAR URP

Professores constantes da reclamação da primeira turma estão dispensados do ponto para comparecer à audiência.

Os professores Darci Campani, Sérgio Nicolaiewsky e Tânia Salgado, componentes da reclamatória contra a suspensão da URP encabeçada pelo professor Alceu Ferrari, foram notificados a comparecer à audiência de Instrução e Julgamento, em 23 de novembro próximo, às 15 horas, na 12ª Vara da Justiça Federal. Esta audiência refere-se à ação principal da reclamatória trabalhista.

Conforme explica Rogério Coelho, advogado da Assessoria Jurídica da ADUFRGS, na ocasião a Universidade deverá contestar a reclamatória trabalhista e, como provavelmente os fatos serão confirmados, a instrução será encerrada, ficando o processo para a sentença com o Juiz. O advogado recorda que o procedimento anterior, a ação cautelar, foi julgado procedente em primeira instância. A Universidade impetrou mandato de segurança e obteve ordem do TFR (Tribunal Federal de Recursos) para suspender o pagamento das

URP's até o julgamento do recurso que poderá demorar vários meses.

Dispensa

O TFR vem decidindo sistematicamente contra os servidores, comenta Coelho, deferindo liminares para suspender a execução das sentenças que têm deferido as medidas cautelares. Diz ainda que nesse caso específico, e por tratar-se de um problema jurídico que assumiu estatura política, há interesse dos reclamantes em fazer o judiciário sentir sua inconformidade, comparecendo a audiência.

A ADUFRGS informa aos professores constantes da reclamatória em pauta que há dispensa do ponto na data da audiência para que possam assistir à sessão na Justiça Federal.

NOVOS CONVÊNIOS

As diretorias da ADUFRGS e Golden Cross estão estudando a formação de um novo grupo de segurados através de um plano de saúde *sem carência*. Os professores interessados devem entrar em contato com a Associação, deixando seu nome, endereço e telefone, dados necessários à viabilização do convênio.

Outras alternativas

Além do plano de saúde já oferecido pela Golden Cross estão em estudo novas alternativas, como convênios como a *Unimed* e *Bradesco*. A primeira empresa oferece cobertura em âmbito nacional para seus

planos *Grande Risco* (cobrindo internações hospitalares na classe escolhida) e *Pequenos Riscos* (abrangendo consultas, exames, RX, pronto-socorros, pequenas cirurgias, realizadas em ambulatórios, etc.). Os preços podem ser cobrados por serviços prestados ou por valor determinado. Para este último, a empresa fixa uma taxa mensal destinada à disponibilidade médica, que será cobrada por usuário inscrito, independente dos níveis de despesas ocorridas. Os valores são pagos de acordo com a utilização pela tabela de preços da Unimed. Para a formação de um grupo é necessário 30 titulares e a carência é de 30 dias, com exceção de parto, cujo prazo é de 300 dias.

O Bradesco oferece os planos Empre-

sa e Grupos Especiais Empresa. O primeiro prevê cobertura no Brasil e no exterior e objetiva garantir, dentro dos limites estabelecidos na apólice para cada evento, o reembolso das despesas médico-hospitalares decorrentes de doenças ou acidente. Os grupos devem ter 100 titulares e a carência é de dois a 12 meses.

O plano Grupos Especiais propõe o reembolso de despesas médico-hospitalares cobertas em qualquer parte do país e do exterior, extensivo aos familiares. Cobre despesas médicas com honorários nos limites estabelecidos pela apólice. Os grupos são de, no mínimo, cinco titulares e a carência é de um a 18 meses.

CONGREGAÇÃO EXPULSA PROFESSOR DE REUNIÃO



Professor Nilton Rogério da Silva

A Congregação da Faculdade de Veterinária expulsou o Professor Nilton Rogério Santos da Silva de sua reunião de 15 do corrente, à qual Silva solicitou participar como ouvinte, sob a alegação de que este já estava representado por dois professores adjuntos. Carlos Marcos Barcelos de Oliveira, diretor da Veterinária, explica que o regimento intenso é omissivo sobre o tema e promete debater o assunto nas próximas reuniões do órgão que preside.

Inconformado, Silva, que assumiu há pouco a chefia do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva, enviou correspondência ao Diretor da Unidade perguntando se a partir do incidente fica instituí-

do que professores da Faculdade de Veterinária não podem assistir às reuniões da Congregação. Observa que a manutenção do critério adotado implica em agressão aos princípios que norteiam a Instituição e, por isso, pediu que seja inserida, no regimento interno, norma que assegure a todos os professores o direito de assistir, como ouvinte, às reuniões da Congregação.

Silva considera que a Congregação, enquanto órgão eleito pelos docentes e, portanto, regido pelos princípios democráticos, não se compatibiliza com o caráter secreto atribuído às suas sessões e denuncia a não inclusão da classe de professor auxiliar naquele órgão.



LIVRARIA
VOZES

- 10% de desconto para Professores
- 15% de desconto a vista na compra superior a 20 mil cruzados
- 3 x sem acréscimo na compra acima de 20 mil cruzados

VISITE A ESTANTE
DE LIVROS IMPORTADOS

Rua: Riachuelo, 1280 - Porto Alegre - RS
Fone: (0512) 26-39-11



LIVROS SOVIÉTICOS
E CUBANOS
A SEU ALCANCE
AMPLIE SEUS
CONHECIMENTOS

- Filosofia, Política, Sociologia, História, Economia, Direito, Educação
- Xadrez, Esporte
- Literatura Clássica, Contemporânea, Infantil, Álbuns de Arte, Teatro, Poesia
- Revistas: avulsas e assinaturas
- Física, Química, Matemática, Mineralogia, Mecânica, Engenharia Civil, Eletromecânica

LIVRARIA E DISTRIBUIDORA
TECNO-CIENTÍFICA

Riachuelo, 1345 - F.: 26.6851 - Porto Alegre
(8h30min às 19h - Sábados até às 12h)

MEC E TRIBUNAL DE CONTAS APONTAM IRREGULARIDADES

No mês de julho passado o Diário Oficial publicou duas matérias dando conta de inspeções realizadas na UFRGS as quais apontam inúmeras irregularidades. Uma delas estampa o pagamento de férias em dobro ao então Reitor Francisco Luiz dos Santos Ferraz. A outra, que publica a inspeção ordinária da IRCE/RS (Inspetoria Regional de Controle Externo/RS, do Tribunal de Contas da União - TCU) aponta mais de 10 "irregularidades" e examina, especificamente, a acumulação de cargos do Professor Cláudio Moraes Loureiro. Além desse fato, observa que o Professor recebe por 40 horas de trabalho e só cumpre 20. Segundo o Dr. Eurico Trindade Neves, presidente do CONCUR da UFRGS, (Conselho de Curadores) a decisão do Tribunal Pleno da União pelo arquivamento do processo relativo ao ex-Reitor é correta e encerra o caso. Quanto as demais falhas apontadas, explica que a Reitoria tomou conhecimento, está examinando o que foi enunciado e, até que haja um juízo a respeito, nada mais são do que fatos merecedores de atenção.

EXCEPCIONALIDADE

A partir de auditoria do Ciset/MEC (Controle Interno Setorial do MEC) a IRCE considerou injustificados e de duvidosa legalidade o pagamento em dobro ao Sr. Reitor de "importância referente a parcelas de férias não gozadas oportunamente (período aquisitivo de 07/08/88 a 06/08/82 e 07/08/83 a 06/08/84). Tal entendimento, segundo a IRCE, deve-se ao fato de o Reitor ter deixado de gozar suas férias por "exclusiva iniciativa e decisão pessoal e expressa opção"

Com base nesse julgamento, o relator da Inspetoria opina pela irregularidade das contas, pela aplicação de multa ao Sr. Ordenador das contas responsável, especialmente em decorrência da impugnação dos gastos com o pagamento em dobro de salários em proveito do Sr. Reitor, determina-

do por, ele próprio. Sugere ciência do fato ao Ministro de Estado supervisor da área, determina à Universidade o saneamento das falhas apontadas e a inclusão da UFRGS no Plano de Inspeção Ordinária no exercício de 88.

VOTO

O Ministro-Relator, Bento José Bugarin, decide pela baixa da responsabilidade de Ferraz, acolhendo a alegação do Diretor-Geral do Departamento do Pessoal da UFRGS, o qual afirma que no período de agosto de 82 a agosto de 84, o Reitor estava afastado da Universidade "por ter sido designado para a função de Secretário-Geral Adjunto do MEC". O Ministro-Relator vota igualmente pelo arquivamento do processo, sem prejuízo da adoção das providências sugeridas pela procuradoria. Estas providências são a recomendação à UFRGS, através do Ciset-MEC, com vistas ao saneamento das falhas apontadas pela inspetoria regional; a inclusão da Universidade no plano de inspeção ordinária no exercício 88 e a recomendação a que se imprima à espécie o caráter de *excepcionalidade*, a fim de evitar-se a configuração de precedente que possa estimular a prática de conceder férias a servidores celetistas, após o prazo devido e previsto na CLT, acarretando ônus para o patrimônio da entidade. O voto do ministro foi acatado.

ACÚMULO DE CARGOS

Quanto ao relatório de inspeção ordinária setorial, abrangendo o período de janeiro a novembro de 86, a equipe de inspeção constatou, entre outras, as seguintes irregularidades:

- admissão de 168 servidores a partir de julho de 85, contrariando os decretos nºs 91.404/85 e 92.004/85;

- admissão de 1.634 servidores e 186 professores, sem concurso público, contrariando o artigo 97, § 1º da Constituição Federal;

- acumulação irregular de cargos;

- desvio de função de servidores admitidos como professor e desempenhando cargos de procurador, contrariando o artigo 47 da Lei nº 3.780/60;

- excesso de lotação do quadro de procurador da UFRGS, contrariando a Portaria nº 846/82 do DASP;

- pagamento indevido de vantagens aos Procuradores e a servidores da UFRGS;

- concessão de servidores a outros órgãos sem o reembolso previsto em lei;

- cessão de servidores com inobservância da legislação pertinente;

- retribuição de pessoal aposentado mediante recibo, em caráter continuado.

SANEAMENTO

O Inspetor-regional sugere, na conclusão de seu pronunciamento, que após justificativas a serem oferecidas pela UFRGS, as falhas sejam sanadas. Pede ainda a instauração de procedimento administrativo sobre a situação do professor Loureiro. Este, segundo o relato do IRCE, foi admitido como professor e desviado para o exercício de procurador de fato, na Procuradoria Geral da Universidade. Diz ainda que inobstante contratado e percebendo pelo regime de 40 horas semanais, está prestando serviços apenas por 20 horas semanais, o que caracteriza recebimentos indevidos de salários e vantagens.

MÁCULAS

Em sessão de 29 de junho passado, o Ministro-Relator, Bento José Bugarin, considerou que a Universidade está adotando procedimentos administrativos que contrariam frontalmente a legislação pertinente. Diz ainda: "Creio que a situação reinante naquela Universidade está a merecer providências de molde a ser encontrada, com urgência, um solução para os problemas que lhes maculam a administração. E vota pela adoção das medidas alvitadas pelo inspetor da IRCE.

Lei de Diretrizes e Bases

O GT política Educacional da ANDES elaborou um documento sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a ser definida após a promulgação da Constituinte, com a finalidade de desencadear um amplo processo de discussão nas bases do Movimento Docente. O texto de 40 páginas está à disposição dos interessados na sede da ADUFRGS.

ZOOTECNIA

Sérgio Nicolaiewsky, Professor da Agronomia e presidente da ADUFRGS tomou posse na presidência da Sociedade Brasileira de Zootecnia em julho de 88.

LEITURA FARTA

A ADUFRGS recebe, além dos jornais diários, cerca de 30 publicações periódicas que coloca à disposição dos leitores. Entre os informativos das AD's estão os da APROFURG (Rio Grande), ADUFU (Federal de Uberlândia), ASDUERJ (Estadual do Rio de Janeiro), ADUFPEL (Federal de Pelotas), ADUFMAT (Mato Grosso) AURN (Rio Grande do Norte), ADUEN (Estadual de Maringá), APES (Juiz de Fora), ADUNICAMP (Campinas), APUSM (Santa Maria) APESB (Bagé). Você pode contar ainda com boletins da APG (Pós-Graduandos da UFRGS), da ACCT-RJ (Associação de funcionários dos Correios e Telégrafos-RJ), dos Metroviários, do CAAR (Centro Acadêmico André da Rocha), da ASSUFRGS (Funcionários da UFRGS), da Empresa de Turismo Isato, Jornal do Cra, Multiarte, Informaciones de la FISE (Fédération International Syndicale de L'Enseignement), Boletim Informativo da Amnistia Internacional e o Boletim da ANDES.

LANÇAMENTOS

A livraria Palmarinca está lançando em setembro os seguintes títulos: HEIDEGGER E O NAZISMO, de Victor Farias; A DERROTA DO PENSAMENTO, de Alain Finkielkraut; HISTÓRIAS DE AMOR, de Julia Kristeva; DEMOCRATIZANDO O BRASIL, da Organização Alfred Stepan; A EDUCAÇÃO COMO UM ATO POLÍTICO PARTIDÁRIO; NOVOS ESTUDOS CEBRAP; O FRACASSO DO PRINCÍPIO DO PRAZER, Moustapha Safouy; ORIGEM E EVOLUÇÃO DA IDEOLOGIA, de Otto Alcides Ohlweiler; FEUDALISMO TRÁDICO Y CAPITAL MERCANTIL, de Peter Kriedte e TRADICIÓN, REVUELTA Y CONSCIENCIA DE CLASSE, de E. P. Thompson.

SAÚDE

Professores e alunos da UFRGS participaram, em 22 de setembro, passado, do painel "Plano de Saúde para Porto Alegre", onde os sete partidos postulantes à Prefeitura expuseram seus projetos para o setor. Apenas quatro candidatos compareceram pessoalmente, do que se desprende o desinteresse pela saúde do cidadão, já que o plenário estava composto por especialistas, possuidores de dados e informações específicas sobre o setor, assim como por entidades de classe, como exemplifica a presença de representantes dos funcionários do Grupo Hospitalar Conceição. A promoção do painel ficou a cargo do Grupo de Trabalho de Política de Saúde da ADUFRGS e inscreve-se na programação comemorativa dos 10 anos da fundação da Associação.

ADP

O candidato da ADP fez-se representar pelo seu vice Germano Bonow, para quem a ADP parte da premissa de que a municipalização da saúde prevista na Constituinte repassará recursos para a Prefeitura. A partir daí propõe a informatização da Secretaria Municipal da Saúde e o aperfeiçoamento dos recursos humanos existentes. Bonow projeta descentralizar o atendimento de urgência, desenvolver programas ao nível das unidades de saúde, implantar atividades de planejamento familiar para a população interessada, a coordenação da rede hospitalar da capital e de comissões de controle de infecção hospitalar. Afirma que a Prefeitura deve estimular a instalação de

farmácias onde não existem, fiscalizar a área de alimentos, integrar as atividades de saneamento básico da administração municipal e desvincular as atividades de serviço social da secretaria da saúde.

PL

Para o candidato Sérgio Jockymann, a grande novidade está na municipalização da saúde. Se eleito, estará em contato com os sindicatos do setor e com a AMRIGS, que, segundo o jornalista estão mais capacitados para elaborar um plano de saúde. Jockymann se posiciona como um humanista dando o voto de minerva às propostas de especialistas. Afirma que há anos intenta-se um plano para a área que não é viabilizada devido à interferência política.

PSB

Citando o programa do PSB escrito em 1902, Fúlvio Petracco explicou que desde esta data seu partido distingue a questão do plano de saúde pública do enfoque da assistência médica à saúde da população. O engajamento com a questão é de forma global, contemplando os aspectos psico-bio-físicos da existência humana, capazes, diz o engenheiro, de concretizar a felicidade de cada um de nós. Portanto, acrescentou, um projeto de saúde pública não se esgota com a visão terapêutica, mas com uma perspectiva mais ampla da profilaxia que implica em educação, habitação,

alimentação, saneamento básico, assistência social, odontológica médica e farmacêutica.

PT

O candidato a vice-prefeito pelo Partido dos Trabalhadores justificou a ausência de Olívio Dutra, que cumpria seus compromissos na votação final da Constituinte, e explicou que o PT tem uma visão programática da saúde. Acrescentou que a saúde pública não se refere exclusivamente às questões médicas mas integram um projeto global onde as questões da habitação, da educação, do meio ambiente estão integradas. Do ponto de vista específico, defende um sistema único de saúde estatal atendimento universalizado e hierarquizado. Outras palavras-chave do projeto petista são resolutibilidade e integração das ações.

PMDB

Para o vereador Nilton Comin, o município deve gerir a saúde pública através do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), atuando mais na fase de prevenção, através de campanhas de vacinação.

PC do B

A solução para os problemas com a saúde da população depende da solução da crise estrutural que vive o país, afirmou Raul Carrion, candidato a prefeito pelo PC

do B. Isso é mais evidente no terreno da saúde, continuou, porque reflete, de forma quase direta, as condições de vida da população. Hoje, por exemplo, 69% das crianças até seis anos apresentam carências físicas e psíquicas e 53% são desnutridas, ilustrou. Está previsto que nos próximos 15 anos 3,7 milhões de crianças morrerão e destas, 88% antes de completar um ano de vida. Diante deste quadro seu partido fará uma série de propostas concretas, mas Carrion reconhece que serão medidas paliativas, pois a questão central está ligada aos problemas estruturais tais como dependência externa do país, estrutura agrária, domínio dos grandes grupos econômicos, e muitos outros.

PDT

Carlos Araújo disse que a idéia da unificação dos serviços de saúde vem desde o governo João Goulart e que a atual administração da cidade apresentou seus planos já no primeiro semestre de 87, como, por exemplo, a municipalização da rede básica de saúde e a passagem do atendimento de emergência para o município. Os objetivos não foram atingidos porque não houve repasse do governo Federal das 3.200 milhões de OTN's solicitadas, sob a alegação de falta de recursos. Nesse sentido também denunciou a Secretaria de Saúde do Estado.